



**Universidade de Brasília**  
Ministério da Educação  
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares  
Centro de Formação Continuada de Professores  
Secretaria de Educação do Distrito Federal  
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação  
Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

Orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosana César de Arruda Fernandes  
Tutor Orientador Prof. Me Evanilson Araújo Santos

**DESAFIO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA CONSTRUÇÃO DO  
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

**RITA DE CÁSSIA DA SILVA**

Brasília – DF  
Dezembro de 2015

**RITA DE CÁSSIA DA SILVA**

**DESAFIO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA CONSTRUÇÃO DO  
PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialização em Gestão Escolar sob Orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosana César de Arruda Fernandes e do Prof. Me Evanilson Araújo Santos.

TERMO DE APROVAÇÃO

**RITA DE CÁSSIA DA SILVA**

**DESAFIO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA CONSTRUÇÃO DO PPP**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de  
Especialização em Coordenação Pedagógica para seguinte banca examinadora:

---

Profª Drª Rosana César de Arruda Fernandes  
(Professora Orientadora)

---

Prof.Me Evanilson Araújo Santos  
(Professor-tutor)

---

Profº Me Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues  
(Avaliador externo - SEEDF)

Brasília – DF  
Dezembro de 2015

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>06</b>
<b>1 METODOLOGIA .....</b>	<b>09</b>
<b>1.1 Coleta de Dados .....</b>	<b>11</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 O Projeto político-pedagógico .....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 O currículo e o PPP .....</b>	<b>17</b>
<b>3 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>21</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>29</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>32</b>

## RESUMO

O presente trabalho objetiva tratar sobre a questão da mobilização como desafio do coordenador pedagógico numa escola pública de Ceilândia-DF, tratando-se de uma pesquisa qualitativa. Os instrumentos utilizados foram questionários destinados a três professores, um coordenador e a diretora da escola. Após análise dos dados, foi possível concluir que a mobilização é fator primordial para elaboração do fazer pedagógico. A mobilização facilita a interação dos seus atores: gestores, professores, auxiliares, comunidade e estado. A formação continuada no espaço da coordenação pedagógica abastece o Projeto político-pedagógico. O diálogo constitui o primeiro passo para efetivação da democracia, bem como incentivo à participação voluntária. A dinâmica escolar, ainda que acelerada, quando possui uma teoria que fundamenta suas ações, pode encontrar alternativas junto aos seus segmentos que viabilizam bons resultados em prol do respeito e desenvolvimento do educando.

**Palavras-chave:** Mobilização; Participação; Projeto político-pedagógico

## HISTÓRIA DA PESQUISADORA

### INTRODUÇÃO

O educando não se desenvolve à sua maneira: antes, a escola comunica-lhe os valores selecionados pela sociedade, afirmam Yamamoto e Romeu (1983).

O ingresso à escola foi um pouco tardio, tendo em vista problemas particulares. Houve o contato com livros. O processo de alfabetização foi realizado por familiares. A matrícula efetivou-se na antiga segunda série.

“Paraíso”, assim foi o significado da escola. Um espaço cheio de cores e cheiro agradáveis, o piso brilhava de tão limpinho. Uma criança filha única, com uma mãe sempre doente, tudo o que aparecia era novo e motivo de felicidade... Por isso, o lanche pipoca e pão de queijo quentinho eram os mais favoritos. A hora do recreio era o momento de observar as paredes, o uniforme que trazia a igualdade, a harmonia vinha com a música suave e linda! Richard Clayderman (Dolannes Melody).

O ensino fundamental foi marcado por certo “turismo” por diversas escolas. Adaptações súbitas originadas pelas decisões de adultos. Ao chegar ao ensino médio, foi a melhor parte!

No curso de Magistério ocorreu a magia do encontro de uma criança “sonhadora” com a oportunidade de brincar e fazer amigos. Os professores foram especiais, competentes, incentivadores, cuidadosos e determinantes.

A Escola Normal de Ceilândia deixou marcas da saudade, uma sala de aula com um professor de Português que trabalhava os sentimentos e a linguagem, com seu violão e músicas inesquecíveis, bem como os Festivais de música e dança que aperfeiçoavam habilidades e talentos.

Outro evento que merece destaque foi a edição do livro de poesias feito pelos alunos, um grande incentivo à produção escrita e respeito a história dos alunos. Aqui, é relevante lembrar que o foco é o aluno protagonista do processo educativo.

Trabalhar é uma maneira de servir o mundo. A preciosa oportunidade de ocupar um cargo público foi desde 1986 (SEEDF). A atividade no Setor de Ouvidorias ampliou a

percepção da rede de atendimento à população, principalmente, na Ceilândia. Atualmente, o tempo dedicado à regência de classe é com o 3º ano (BIA), espaço de estudo e atualização. Após percorrer as etapas das interações do processo formal de ensino-aprendizagem é válido citar que os assuntos abordados ao longo da especialização, promoveram uma riqueza de conhecimentos. Embora, entrelaçados, o tema escolhido foi a coordenação pedagógica e a articulação do Projeto político-pedagógico (PPP).

A presente pesquisa objetiva averiguar a colaboração do coordenador pedagógico no processo de mobilização na construção do Projeto político-pedagógico numa escola pública de Ceilândia, corroborando com o que Gomes e Mendes (2007, p.78) trazem em seu texto:

O coordenador pedagógico deve sensibilizar seu saber-fazer de maneira a não unilateralizar as tomadas de decisão, como se tivesse todas as respostas para os encaminhamentos pedagógicos e resoluções de conflitos que inquietam a equipe docente.

#### **JUSTIFICATIVA:**

Pensar em desafios é refletir sobre mudanças. Principalmente, quando se trata da formação de vidas. Ao observar a dinâmica escolar, a forma acelerada como tudo ocorre, houve um grande interesse da professora pesquisadora em compreender melhor como o fator “mobilização” interfere na dinâmica escolar, culminando para a construção do Projeto político-pedagógico.

A pesquisa torna-se relevante a partir de uma investigação qualitativa porque propõe reflexões sobre conceitos que regem o espaço escolar, a retomada da legislação pertinente que situa os profissionais no seu percurso e, ainda, o quanto uma escola de periferia pode “mudar” o percurso dos sonhos de um aluno.

Tendo em vista o amplo significado da palavra “mobilização” é de suma importância destacar que a pesquisa é voltada para o campo educacional e social. É conveniente citar: “[...] trata-se, em suma, de mudar os processos de interação social dentro da escola – o que, no caso específico dos professores, significa substituir uma cultura fortemente individualista e ‘insular’ por uma cultura baseada na ‘colaboração’ e no trabalho de equipe” (CANÁRIO, 2000, p.77).

Outro aspecto motivador da pesquisa foi o fato de a escola apresentar uma “queda” no índice da avaliação do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Com isso, houve uma movimentação em direção a algumas metas e objetivos que foram redefinidos, e

também instrumentos e estratégias de avaliação. Foram realizadas reuniões por “ano”, para reflexões e estudos de avaliações de acordo com cada “formato” das avaliações: Provinha Brasil, a ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização), contato com as Diretrizes de Avaliação do Distrito Federal, conceitos e concepções.

Enfim, ficou definido que os professores, juntamente, com cada coordenador pedagógico e direção fariam um planejamento das ações propondo aos alunos os desafios dessas avaliações conforme os descritivos solicitados. Aqui, destaco a compreensão das avaliações de larga escala, as concepções críticas para não apenas geração de resultados, mas o que pode ser realizado para dirimir as dúvidas e reorganizar planejamentos no interior da sala de aula e demais espaços. Em respeito às Diretrizes de Avaliação (DISTRITO FEDERAL, 2014b, p.57): “A transmissão dos resultados da avaliação para as famílias, para outros estudantes ou mesmo para outros profissionais da escola ou fora dela não pode ocorrer de maneira depreciativa ou desencorajadora”.

Ao longo do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, o rico embasamento teórico despertou a necessidade de aprofundamento da contribuição do coordenador pedagógico perante a vasta importância do papel social da escola. Uma vez que a escola deve respeitar uma demanda plural, criar um ambiente acolhedor, ou seja, permitir uma educação a todos.

#### **PROBLEMA:**

A coordenação pedagógica contribui para a efetiva consolidação coletiva do Projeto político-pedagógico?

#### **OBJETIVO GERAL:**

Averiguar a colaboração do coordenador pedagógico no processo de mobilização na construção do Projeto político-pedagógico numa escola pública de Ceilândia.

#### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Analisar duas funções do coordenador pedagógico.
- Analisar como ocorre a mobilização e a efetivação do Projeto político-pedagógico.

## 1 METODOLOGIA

A pesquisa realizada é de campo, qualitativa e monográfica. Marconi e Lakatos (2002) definem pesquisa como instrumento fundamental para a resolução de problemas coletivos. Os aspectos da pesquisa qualitativa: flexibilidade, subjetividade, observação e sem definição exata de fatos constituíram-se como base para a pesquisa.

Optou-se pela Escola Classe 38 de Ceilândia para a realização da pesquisa, por ser um espaço de atuação profissional da pesquisadora e contar com a contribuição ímpar da diretora e colegas que demonstraram disponibilidade e prontidão para responder aos questionários. A pesquisa contou com a participação da diretora, 03 professores e 01 coordenador pedagógico.

O prédio para funcionamento da Instituição foi construído em 1979. A inauguração como fevereiro de 1980, sob a direção da professora Nilza Moraes Pessoa Silva. A escola está situada à EQNP 15/19 - Área Especial, Setor “P” Norte, Ceilândia-D.F. Quanto à população é oriunda de diversas regiões brasileiras, o que caracteriza a diversidade cultural. Por ser uma escola de periferia, apresenta alguns problemas de infraestrutura e assistência.

A escola tem seu corpo discente formando por alunos dos setores: “P” Norte, QNQ, QNR, Expansão do Setor “O” e Condomínio Sol Nascente. Dentre as atividades desenvolvidas, a escola tem O Programa de Educação Integral voltado para os alunos e “Eu Existo Sou Professora” voltado aos funcionários.

Quanto as modalidades de ensino, a escola atende aos seguintes níveis de ensino:

Educação Infantil, de acordo com a Resolução CEB n.º 1, de 7 de abril de 1999, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Ensino Fundamental de Nove Anos, de acordo com a Lei n.º 11.274 de fevereiro de 2006, que altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, dispendo sobre a duração de nove anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade. (PPP EC 38, 2014 , p. 8)

No que tange à modalidade de ensino, a escola oferece:

Aulas Presenciais – cinco vezes por semana, com duração de cinco horas. São garantidos os 200 dias letivos previstos na legislação educacional em vigência, perfazendo às 1.000 horas/relógio anuais a que o aluno tem direito. Além disso, são destinados períodos de acompanhamento escolar, com encontros presenciais, no período oposto às aulas. Vale ressaltar que o

calendário escolar para a Educação Infantil é diferenciado, conforme determinação da Secretaria de Estado e Educação.

Educação Especial – Alunos com Necessidades Educacionais Especiais – ANEEs inclusos nas turmas regulares. Há uma turma de classe especial específicas-TGD. Há turmas reduzidas de acordo com a legislação vigente.

Educação Integral – Atende, a princípio, alunos dos 3º e 4º Anos das Séries Iniciais que apresentem problemas como: distorção série-idade, lacunas de aprendizagem, carência alimentar, entre outros, oferecendo ações que respondam às necessidades básicas desses alunos.

A Educação Integral passa a oferecer, além de uma educação de qualidade no turno regular, atividades pedagógicas no turno inverso, atendendo aos estudantes de forma completa. Além de profissionais capacitados, cada aluno receberá café da manhã e almoço, garantindo-lhes melhores condições para o aprendizado.

(PPP EC 38, 2014, p. 8).

A dimensão administrativa no que diz respeito ao atendimento à clientela é de 1.035 alunos em dois turnos: Matutino: 21 turmas e Vespertino: 21 turmas, contando com uma sala de Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD). O horário dos turnos são, respectivamente: Matutino: 07h15 às 12h15 e Vespertino: 13h às 18h.

Quanto aos instrumentos utilizados foram: a entrevista com a diretora da escola. Um questionário aplicado a 03 professores e 01 coordenador. E, ainda, observações realizadas pela professora pesquisadora numa escola de ensino fundamental da Ceilândia.

Quanto à entrevista, Richardson (1999, p. 207) define que “é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas”, ou seja, ressalta-se novamente a interação entre entrevistado e entrevistador, a criação de um contato próximo e estimulador.

Durante a pesquisa foi possível constatar que há uma necessidade de mais comunicação entre os setores, pois as atividades burocráticas ocupam um espaço de distanciamento entre os segmentos: direção, coordenação, professores e demais funcionários.

### 1.1 Coleta de Dados:

Os procedimentos de coleta da pesquisa foram realizados a partir do estudo de caso e os instrumentos utilizados para a coleta de dados constituíram-se num formulário, elaborado pela professora pesquisadora, para entrevista estruturada respondida pela diretora da escola e o questionário pelos professores.

Segundo Lakatos (2003, p. 201), “questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que deve ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.” Nessa pesquisa, o questionário foi composto de perguntas abertas.

O questionário foi elaborado para investigação do tema junto a 03 professores e 01 coordenador. A coleta dos dados encerrou-se com as observações realizadas pela pesquisadora.

Após análise do Projeto político-pedagógico da escola, constata-se que sua elaboração ocorreu em várias reuniões envolvendo representantes dos diversos segmentos que compõem a comunidade escolar: Direção, professores, servidores, Conselho Escolar, pais e alunos. Essas reuniões foram definidas conforme datas e cronogramas estabelecidos em diferentes momentos, escolhidos de acordo com a disponibilidade de aproximação de seus representantes.

As ações pedagógicas são desenvolvidas no transcorrer do ano letivo, onde são trabalhados os temas voltados para o desenvolvimento da cliente estudantil. É realizado um levantamento das necessidades prioritárias com os professores, pais, alunos e servidores. A partir deste levantamento são postos em ação os projetos.

Salienta-se que as observações da professora pesquisadora foram baseadas na consulta ao PPP da instituição, legislação da SEEDF, bem como, às respostas contidas nos questionários buscando compreender como acontece a mobilização iniciada pelo coordenador pedagógico na construção do PPP, o Currículo em Movimento e as Diretrizes Curriculares.

A teoria apresentada no projeto político-pedagógico objetiva cumprir os dispostos nos documentos que regem a gestão democrática da rede pública no Distrito Federal. Porém, de acordo com o que foi observado e exposto anteriormente, prevalece um distanciamento entre os segmentos. Esse distanciamento pode ocorrer pela falha na comunicação que culmina com ações “isoladas” dos segmentos o que fragiliza o alcance de metas comuns construídas coletivamente. Tais fatos indicam, inicialmente, a necessidade de aproximação dos segmentos através de uma melhor comunicação, para amenizar o “isolamento” desses segmentos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A gestão democrática nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal, conforme disposto no art. 206 da Constituição Federal (1988) e nos artigos 3º e 14º LDB 9.394/96 foi regulamentada em 07 de fevereiro de 2012, por meio da Lei nº 4.751 de Gestão Democrática do Sistema Público de Ensino do DF. A organização do trabalho pedagógico nas escolas, pautada pelos princípios da gestão democrática, focaliza a construção, execução e avaliação do Projeto político-pedagógico (PPP), de forma coletiva.

À luz dos autores estudados há um vasto caminho para reflexões e aprofundamentos de conceitos que podem interferir na organização pedagógica. Vasconcelos (2000, p. 79) diz que,

Enquanto mediação teórico-metodológica o planejamento tem por finalidade “fazer algo vir à tona, fazer acontecer, concretizar, e para isto é necessário ‘amarrar’, ‘condicionar’, estabelecer as condições – objetivas e subjetivas – prevendo o desenvolvimento da ação no tempo (o que vem primeiro, o que vem em seguida), no espaço (onde vai ser feita), as condições materiais (que recursos, materiais, equipamentos serão necessários) e políticas (relações de poder, negociações, estruturas), bem como a disposição interior (desejo, mobilização), para que aconteça”.

A elaboração do PPP em linhas gerais traz a identificação da escola e delimita o público que será beneficiado. Seu perfil democrático é moldado por sua rede interna e de seus principais parceiros. “A proposta pedagógica é, eminentemente, proposta ético-pedagógica, isto é, articulação da natureza intersubjetiva da formação da vontade coletiva [...]” (MARQUES, 1995, p.96).

### 2.1 O Projeto político-pedagógico das escolas

Segundo a Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012 que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão democrática no que diz respeito à autonomia pedagógica: Art. 4º - Cada unidade escolar formulará e implementará seu Projeto político-pedagógico, em consonância com as políticas educacionais vigentes e as normas e diretrizes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

O Projeto político-pedagógico da escola pesquisada apresenta como missão: “oferecer uma educação de qualidade, transformadora, inclusiva, cidadã e comprometida com

a cultura do respeito, preparando os alunos para questionarem o mundo em que estão inseridos, por meio de uma formação crítica”. (PPP, EC38, p. 4). Aqui, convém lembrar: “Não haverá criticidade sem a curiosidade que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando algo a ele que fazemos”(FREIRE, 1997, p.35).

A escola ainda cita, em seu Projeto político-pedagógico, os quatro pilares da educação do futuro: “quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo da vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento” (DELORS, 2004, p. 90), a saber: aprender a conhecer, aprender a viver e aprender a ser.

Um dos autores que fundamentam o PPP da escola é Paulo Freire. Numa perspectiva inclusiva e de valorização do ser humano. Assim, cabe citar:

Ninguém nasce feito, ninguém nasce marcado para ser isso ou aquilo. Pelo contrário, nos tornamos isso ou aquilo. Somos programados, mas, para prender. A nossa inteligência se inventa e se promove no exercício social de nosso corpo consciente. Se constrói. Não é um dado que, em nós, seja um a priori da nossa história individual e social. (FREIRE, 1993, p. 114)

Ainda, com Freire (1981, p.87) “como presenças no mundo, os seres humanos são corpos conscientes que o transformam, agindo e pensando, o que os permite conhecer ao nível reflexivo. Precisamente por causa disto podemos tomar nossa própria presença no mundo como objeto de análise crítica”.

Desde a década de 1980 percebe-se o aumento no reconhecimento da educação como direito. Já na década de 1990 as vivências da infância e da adolescência se tornaram tão precarizadas, tão no limite que nossa sensibilidade é obrigada a ver as estreitas relações entre o direito à educação, à escolarização e a negação dos direitos mais elementares (ARROYO, 2004).

Ao coordenador pedagógico (CP) compete propor, juntamente com os gestores, um trabalho de escuta. Há relatos de sucesso de projetos que foram iniciados pela necessidade específica da escola, e predominou a criatividade e decisões de professores e demais profissionais. Essas ações valorizam as contribuições do próprio grupo da escola e promovem a visibilidade de seus atores.

Outro aspecto que merece destaque diz respeito à formação dos Conselhos Escolares. Grupo organizado que legitima as ações pedagógicas do PPP e auxilia não apenas as decisões burocráticas, como também as decisões que asseguram o desempenho dos educando e, ainda,

pode assegurar os direitos de aprendizagem e o acompanhamento de familiares e profissionais específicos para cada área. A implementação dos colegiados fortalece a gestão democrática da escola.

A mobilização do Coordenador Pedagógico, junto à equipe diretiva da escola, professores e demais profissionais, deve ser também quanto à escolha do Livro Didático. Esses segmentos devem utilizar o espaço da coordenação para validar as coleções didáticas vigentes, bem como as que devem ser escolhidas para o futuro. Os aspectos que merecem atenção quanto à escolha são: adequação quanto aos conteúdos selecionados; sequência e coerência com as metas estabelecidas no Projeto político-pedagógico; abordagem dos conteúdos apropriada ao perfil dos alunos da escola.

A formação para a docência constitui-se como aspecto importante e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394 de 20 dezembro de 1996), em seu Art. 62 – que trata da formação de docentes para atuarem na Educação Básica – o § 1º (incluído pela Lei n.º 12.056, de 2009) afirma que “a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.” Aqui, torna-se imprescindível destacar um dos conceitos da mobilização voltado para a legalidade. Assim, esse é um aspecto que deve ser trabalhado na escola pela coordenação pedagógica. A mobilização da comunidade escolar.

A abordagem de Ângelo Ricardo (2005, p. 26) destaca o cuidado que os profissionais devem ter com a qualidade do ensino:

As atividades de natureza pedagógica preponderam sobre qualquer outra. Dito de outro modo, todas as ações da escola, bem como do sistema, devem convergir no sentido de que o trabalho pedagógico se realize com a máxima qualidade. As tarefas de natureza administrativo-burocrática estão a serviço do pedagógico e não o contrário.

A construção do projeto político-pedagógico perpassa pela necessidade da busca pelo conhecimento, é um movimento articulador que deve ser condutor de compreensões e mobilizações, não apenas de estruturas físicas; patrimoniais; mas de pessoal. Pessoas que se envolvem no processo como um todo, constituindo as responsabilidades coletivas capazes de atingir o mundo. Manter contato com a realidade é uma maneira de reavaliar quais ações interverem diretamente nessa construção, bem como permanecer com olhar de “renovação” para que bons alunos sejam formados e capazes de transformar e cuidar de seus espaços.

Os atores que constroem o Projeto político-pedagógico devem ter cuidado minucioso quanto aos alunos que formam, pois é fundamental refletir sobre o que trata Costa (2013, p.186), “[...] especificamente a escola, instituição responsável pelo ensino da leitura e da escrita, constrói uma rotina com organização do conteúdo que, muitas vezes, limita a ação das crianças com a linguagem escrita, reduzindo suas possibilidades de expressão”.

A aprendizagem através de estratégias de pares deixa de ser isolada e favorece o aprimoramento de linguagens e interações. Essas estratégias traduzem resultados de um ambiente saudável e favorável ao progresso do indivíduo e de sua comunidade.

A mobilização do coordenador pedagógico pode transpor barreiras. Conversar sobre um ambiente alfabetizador com os professores envolvidos nesse processo, é o ponto de partida para aperfeiçoar a escuta e se apropriar das contribuições dos professores, enriquecendo assim, as experiências no espaço da coordenação pedagógica e possíveis ajustes no PPP. É rica a ação dos professores ao mediar estratégias que demonstram para as crianças que podemos fazer os diferentes tipos de textos e suas finalidades. Bem como as diferentes configurações utilizadas para tal exposição. Assim, precisamos pensar a organização da sala de aula em função das necessidades das crianças e da aprendizagem (GONTIJO; SCHWARTZ, 2009).

Se a escrita é um objeto de natureza cultural, não basta manusear letras, livros, fichas de leitura, brinquedos etc. para que as crianças aprendam a ler e a escrever. É fundamental que a relação das crianças com a linguagem escrita seja mediada por nós, professores. Desse modo, os suportes que comportam textos ou formas de escrita não podem ser apenas inseridos na sala de aula. É preciso conversar, explicar, ensinar, demonstrar para as crianças aquilo que sabemos sobre eles e que podemos fazer com eles.

Uma proposta pedagógica emancipadora articula-se com a reconstrução da formação continuada em que há o envolvimento de todos. Todos que constituem um papel de responsáveis e co-responsáveis do processo educativo: famílias, professores, gestores, instituições do Poder Público, tendo em vista que não se projetam receitas engessadas e acabadas, é necessário o diálogo participativo nessa construção.

## 2.2 O currículo e a avaliação no PPP

A teoria de Paulo Freire carrega a marca do pensamento existencial, de pensar as pessoas nessa nova sociedade e circunstância, não só a pessoa da classe média ou da elite, mas também o camponês, o homem do mundo rural. E, ainda, trata da ideia de conscientização, com a ideia de participação ativa do povo, de consciência das transformações.

Outra função de relevância do coordenador pedagógico (CP) é a de ser elo entre os segmentos, para que o aluno, sujeito fim do processo educativo, seja o mais presenteado com as estratégias utilizadas. O professorado deve refletir sobre o ritmo de cada aluno e investir em atividades diversificadas. Considerando que: A possibilidade de o estudante aprender em colaboração pode contribuir para seu êxito, coincidindo com sua “zona de desenvolvimento imediato” (VIGOSTSKY, 2001, p. 329). Aqui, pode-se citar a importância da construção de um currículo pautado para o letramento. Miguel Arroyo (2004) fala sobre o respeito ao “direito de aprender”, ou seja, os educandos são situados como sujeitos de direito ao conhecimento e ao conhecimento dos mundos do trabalho. Outro aspecto a ser tratado diz respeito à concepção de letramento, e o cuidado com a multiculturalidade e a diversidade, pois cada ser tem uma concepção diferente do mundo que o cerca.

Para complementar a linha de pensamento dos autores acima, pode-se citar também que: “não há separação rígida entre o conhecimento tradicionalmente considerado como escolar e o conhecimento cotidiano das pessoas envolvidas no currículo” (SILVA, 1999, p.136). O empenho e estratégias previstas no PPP devem propor ao educando uma “viagem” significativa além dos muros da escola. A mobilização de seus envolvidos pode contribuir e respeitar a diversidade do contexto escolar. Constituindo-se em redes de significações, os currículos possuem uma dimensão de processo que não pode ser desconsiderada, sendo realizados por pessoas encarnadas (NAJMANOVICH, 2001), isto é, a vivência das pessoas em diferentes contextos sociais, políticos, culturais e econômicos que se interpenetram e se influenciam mutuamente. Aqui, o mérito a ser destacado é a culminância de uma rede que deve buscar, traçar, planejar, pesquisar e consolidar a aprendizagem em busca de qualidade.

O sucesso do currículo em prol de uma educação de qualidade é iniciado quando o aluno é o protagonista das ações educativas, juntamente, com o compromisso dos segmentos que compõem o chão da escola. E a partir do conhecimento da realidade a qual está inserida o

aluno, é possível promover ajustes e mudanças. Nesse aspecto, convém mencionar o que trata o PPP da escola pesquisada:

a revitalização das coordenações pedagógicas, por meio de reuniões, palestras e vivências, que visam à integração dos conteúdos e disciplinas por meio da adequação da matriz curricular, do Currículo em Movimento e dos PCN's que tem aos poucos, conferido resultados positivos. (PPP, EC 38, p. 7)

A concepção de avaliação formativa, adotada pela SEEDF apresenta o diálogo entre os sujeitos envolvidos na ação educativa que vai ao encontro da perspectiva da gestão democrática. As Diretrizes de Avaliação Educacional abrangem a teoria que alimenta o sistema educacional com vistas ao cumprimento de uma análise permanente e contínua das aprendizagens dos educandos. Essas análises norteiam os critérios definidos no Projeto político-pedagógico da escola e as intervenções necessárias para que se garanta a formação sistemática de indivíduos críticos e criativos.

A formalização de registros que documentam os avanços e dificuldades dos alunos quanto à sua aprendizagem permite perceber o movimento em direção à responsabilidade institucional perante a sistematização do conhecimento. Essa ação pedagógica conduz a visualização do contexto escolar da criança, possibilitando a análise de dados anteriores, juntamente, com as fichas e controle dos serviços disponíveis na escola. É imprescindível considerar o que apresenta as Diretrizes de Avaliação (DISTRITO FEDERAL, 2014, p.17) : “o sentido da avaliação formativa é a valorização das produções dos estudantes e devem ser apreciadas e analisadas com o intuito de se oferecerem novas possibilidades de aprendizagem.”

Dentre os aspectos que influenciam o processo avaliativo pode-se destacar: a infraestrutura da unidade escolar, os aspectos socioeconômicos dos estudantes, a desigualdade social e regional, contextos culturais, a qualificação dos profissionais da educação, o Projeto político-pedagógico da unidade escolar e a efetivação da gestão democrática.

Outro ponto de relevância diz respeito aos instrumentos utilizados pela SEEDF e pela escola pesquisada, para avaliar o caminho descrito previamente, quanto às estratégias definidas no Projeto político-pedagógico. A utilização dos dados da Provinha Brasil, IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e a ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) podem ser importantes instrumentos para se reprogramar ações pertinentes

em cada situação por ano/série. Ao referir-se sobre a avaliação, o Currículo em Movimento diz que:

A avaliação, que se diz formativa, será sempre a da observação do desempenho e do crescimento da criança em relação a ela mesma e jamais de sua comparação com os pares. Ao avaliar, visamos captar as expressões, a construção do pensamento e do conhecimento, o desenvolvimento da criança bem como suas necessidades e interesses, guias primordiais do planejamento e das práticas. (DISTRITO FEDERAL, 2014b, p.75).

A formação continuada ofertada no espaço-tempo da coordenação pedagógica possibilita a aplicabilidade do Currículo em Movimento, onde os professores dos diferentes níveis podem dialogar e analisar conteúdos com vistas ao letramento. Segundo as Diretrizes de Avaliação Educacional (2014-2016, p.12): “a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF entende que, na avaliação formativa, estão as melhores intenções para acolher, apreciar e avaliar o que se ensina e o que se aprende”.

O movimento dialético entre quem ensina e aprende a partir do respeito ao desenvolvimento de maneira integral do educando, tomando por base um compromisso estabelecido nas decisões coletivas na escola, demonstra o poder da avaliação. O cuidado com Feedback das estratégias e/ou instrumentos utilizados retroalimenta o Projeto político-pedagógico para que haja avanços na qualidade do ensino, conseqüentemente, crianças bem formadas.

A compreensão do contexto social do qual faz parte a comunidade escolar, bem como a ciência da pluralidade que compõem seus grupos, é uma concepção que organiza o trabalho pedagógico que deve dispor de muita criatividade e ajustes no dia a dia, para que haja uma educação para “todos”. Nesse sentido,

A rede pública de ensino do Distrito Federal preconiza que a avaliação, categoria central da organização do trabalho pedagógico, faz reverberar suas intencionalidades sociopolíticas, comprometidas com a educação pública de qualidade referenciada nos sujeitos sociais, quando avalia na perspectiva da progressão continuada da aprendizagem de todos. (DISTRITO FEDERAL, p. 10)

O Projeto político-pedagógico deve conter e estabelecer metas de cumprimento ao paradigma da inclusão educacional, ou seja, respeitar a Lei nº 3.218/2003. Torna-se imprescindível que a escola cumpra o seu papel social. Ela deve manter desde sua

organização física, estrutural e pedagógica o preparo para acolher e promover adequadamente os alunos que necessitam de atendimento especializado.

No espaço da coordenação pedagógica, visões podem ser ampliadas, comportamentos estudados e estratégias aprimoradas de forma coletiva e consolidada com os principais parceiros da escola.

### 3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao concatenar as informações dos questionários foi possível constatar que as respostas foram breves sem divergências. Para facilitar a leitura das respostas, os interlocutores foram identificados, respectivamente: primeira professora (A); segunda professora (B), terceira professora(C) e a coordenadora.

A palavra mobilizar, segundo o Dicionário Houaiss (2001):

É derivada do verbo francês *mobiliser*, e significa causar a mobilização; por em ação um conjunto de pessoas para uma tarefa, para uma campanha ou conclamar pessoas a participarem de uma atividade social, política ou de outra natureza insuflando-lhes entusiasmo, vontade.

A **primeira professora** ilustra tal conceito: *“No âmbito escolar, mobilizar significa “unir pontas”, criar possibilidades por meio da junção.”* Já a **segunda professora** pontua que: *“Seria a forma de estimular a comunidade escolar a participar de ações para o bom desenvolvimento das atividades propostas pela escola.”* A **terceira professora** relata que mobilizar é: *“A forma de estimular de entusiasmar toda comunidade escolar a participar das atividades que ocorrem na escola.”* Enquanto a **coordenadora** conceitua mobilização como: *“Colocar um movimento, reunir e preparar um planejamento”*.

O autor a seguir, fundamenta a questão anterior e as próximas três questões abordadas no questionário. Fonseca (2001, p. 43), aplicando-as à necessidade do papel de um novo olhar do coordenador pedagógico na escola que deve ser orientado para:

- Resgatar a intencionalidade da ação possibilitando a (re) significação do trabalho - superar a crise de sentido;
- Ser um instrumento de transformação da realidade - resgatar a potência da coletividade; gerar esperança;
- Possibilitar um referencial de conjunto para a caminhada pedagógica - aglutinar pessoas em torno de uma causa comum;
- Gerar solidariedade, parceria;
- Ajudar a construir a unidade (não uniformidade); superando o caráter fragmentário das práticas em educação, a mera justaposição e possibilitando a continuidade da linha de trabalho na instituição;
- Propiciar a racionalização dos esforços e recursos (eficiência e eficácia), utilizados para atingir fins essenciais do processo educacional;
- Ser um canal de participação efetiva, superando as práticas autoritárias e/ou individualistas e ajudando a superar as imposições ou disputas de vontades

individuais, na medida em que há um referencial construído e assumido coletivamente;

- Aumentar o grau de realização e, portanto, de satisfação de trabalho.

Outras considerações não podem ser esquecidas, pelo coordenador pedagógico (CP), a primeira o reconhecimento da heterogeneidade inerente às formações psíquicas singulares e grupais. A segunda, o respeito as atitudes de “descargas pulsionais”. A terceira abertura de um espaço de escuta em busca da fluidez na comunicação e nas atividades. E também que o sofrimento nos amadurece, nos prepara a vida, mas cada indivíduo em sua estrutura interior reage diferentemente em cada situação. A leitura dos afetos facilita o entendimento do outro, uma ação coletiva pode compor novas estratégias de respeito e valorização do lado humano, pois a fraternidade pode ser construída e os sonhos alimentados.

Na segunda questão, a mobilização facilita o trabalho pedagógico? Por quê? A **professora A** respondeu: *“A mobilização facilita a divisão de atividades e compartilhamento de resultados.* A **professora B**: *“Sem a mobilização não acontece de forma efetiva as ações planejadas, pois a participação de todos é sinônimo de sucesso.”* A **professora C**: *“A mobilização facilita muito o trabalho pedagógico, pois é a forma de fazer com que as pessoas participem com dedicação das atividades desenvolvidas na escola.”* A **coordenadora** relata *“A escola precisa ter uma prática planejada pedagógica eficiente, com a mobilização é possível.”*

Quando um ou outro colega percebe essa necessidade de movimento, inicia-se a busca de bons resultados. Sabendo-se que os desafios atingem diferentes espaços na vida, na escola, também há essa necessidade de compreensão dos contratempos e adversidades. Ainda que não se atinja um grande percentual de eficiência nas atividades pedagógicas, os profissionais devem ser estimulados.

Na terceira questão, no seu ponto de vista, o que poderia ser feito para melhor distribuição das ações pedagógicas? Foram obtidas as seguintes respostas - **professora A**: *“Organização coletiva e construção de metas comuns”.* **Professora B**: *“Poderia haver maior diálogo para que não haja confusão entre imposição e contribuição. ou seja, a conversa acompanhada do estímulo é sempre bem-vinda.”* A **professora C**: *“Para uma melhor distribuição das ações pedagógicas, é necessário que haja o diálogo entre todos, para que dessa forma ocorra a participação e não a imposição”.* Quanto à **coordenadora**, respondeu:

*“Rever o currículo e permitir alterações quando necessário. Trabalho em grupo. Avaliação continuada do trabalho desenvolvido”.*

O grupo de professores e gestores, nos encontros, reconhece o valor das ações pedagógicas que são estabelecidas em conformidade com legislação norteadora. É fundamental que tanto o corpo docente quanto o corpo discente estejam ativos e dispostos a conhecer os porquês de sua participação. Não basta compor um “quadro” é preciso sentir-se constituinte do processo ensino-aprendizagem.

Na quarta questão, qual(is) aspecto(s) são importantes para a efetivação da mobilização na escola? Sobre a efetivação da mobilização, a **professora A** disse que *“A conscientização de que a escola é tudo, necessita da união das partes”*. A **professora B** *“Mobilizar é estimular, fazer com que todos participem de forma efetiva, não impor, mas mostrar que é importante a participação de toda a comunidade escolar”*.

Nesse mesmo pensamento, as diretrizes da SEEDF sugerem:

Refletir sobre os índices de desempenho, sobre o espaço de coordenação pedagógica, sobre os projetos e demais atividades realizadas no âmbito da escola e das salas de aula, sobretudo com vistas às aprendizagens de todos, potencializa sua caminhada [...] e consegue promover a desejada autoavaliação da escola”. (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 44).

A preocupação com uma educação voltada para o direito à aprendizagem deve ser um compromisso de todos no âmbito da escola. Aqui, há de ser lembrado o depoimento da **professora C**: *“Que as pessoas se envolvam de forma voluntária. Que a comunicação seja eficiente. Que todos se sintam responsáveis”*.

O diálogo evita a imposição. As pessoas envolvidas nas ações pedagógicas precisam sentir-se num ambiente favorável, executável e confortável. Naturalmente, seduzidas a participar voluntariamente da formação do caminho pedagógico que remeterá à aprendizagem de todos.

Para concluir, tem-se o depoimento da **coordenadora** que aponta como importantes aspectos que efetivam a mobilização: *“A ação conjunta entre gestores, professores e demais servidores da escola. Uma boa administração. Trazer a comunidade (pais) inserindo-os no contexto da escola”*.

Para ilustrar a análise citada, tem-se em Gadotti (2008, pag.25):

O melhor referencial e a melhor proposta não têm qualquer significado se não forem assumidos, coletivamente, pela escola como um todo. As estratégias são essenciais. Sem elas podemos levar a perder as melhores propostas. Por isso é necessário: uma comunicação eficiente; adesão voluntária; um ambiente favorável; credibilidade técnica e política de quem faz a proposta. É preciso também pensar num tempo próprio, apropriado, para a reorientação e a reestruturação escolar, tempo para amadurecer as ideias, tempo para promover as mudanças necessárias.

No encadeamento das ações do Coordenador Pedagógico, o fundamental, é importante lembrar Vasconcellos (2004, p. 25), ao falar sobre a práxis do coordenador “[...], comporta as dimensões reflexiva, organizativa, conectiva, interventiva e avaliativa”.

Na quarta questão foi destacada a comunicação eficiente; assunção de responsabilidades; envolvimento efetivo da comunidade escolar e a unidade da equipe escolar.

O diálogo é o cerne da relação na aprendizagem, em que as partes envolvidas fazem trocas e negociam os diferentes significados do objeto de conhecimento, o que dá relevância ao papel ativo e altamente reflexivo, emocional e criativo do aluno e do professor (TACCA, 2006, p. 50).

Em concordância com o pensamento de Tacca, tem-se como as principais atribuições do coordenador, dentre outras, segundo Piletti (1998, p. 125):

- a) acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação;
- b) fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem-se constantemente em relação ao exercício profissional;
- c) promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo;
- d) estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem.

O Projeto político-pedagógico da escola está em conformidade com a resposta dada pela **diretora**, quanto à comunicação entre os segmentos da escola: *“A comunicação ocorre em reuniões coletivas, por segmentos ou individual. Disse, ainda, que o PPP é a “bússula” que direciona todo o trabalho que deverá ser desenvolvido no âmbito escolar. E, que “a mobilização é a ação conjunta entre todos os segmentos em prol do alcance dos objetivos pré-estabelecidos”.*

a revitalização das coordenações pedagógicas, por meio de reuniões, palestras e vivências, que visam à integração dos conteúdos e disciplinas por meio da adequação da matriz curricular, do Currículo em Movimento e dos PCN's tem, aos poucos, têm conferido resultados positivos. (PPP EC 38, 2014, p. 07)

Nesse mesmo sentido, convém mencionar:

[...] toda política curricular é uma política cultural, pois o currículo é fruto de uma seleção e produção de saberes: campo conflituoso de produção de cultura, de embate entre pessoas concretas, concepções de conhecimento e aprendizagem[...] (BRASIL, 2013, p.24)

Embora a escola apresente uma gama diferenciada de cultura, percepções e interesses, os eixos norteadores a saber: cidadania, sustentabilidade humana, aprendizagens, diversidade e direitos humanos proporcionam a aproximação das disciplinas. Esses eixos devem constar no percurso descrito nas ações no Projeto político-pedagógico. A partir do conceito basilar desses eixos e com a participação coletiva, a escola consolida a mobilização, conduz ao conhecimento e pode compor um cenário de melhor qualidade de ensino público.

A mobilização proporciona encontro, movimento. Ela abre caminhos para tomada de decisões em conjunto. Seja em grande ou pequena escala, sempre haverá um propósito. A união fortalece ideias, traz o formato de identidade da escola e aproxima as pessoas pelo diálogo. Essas questões nos remetem à compreensão de que,

O processo de elaboração e implementação do projeto político-pedagógico é fundamental porque envolve as pessoas que atuam na escola, dá a elas a sensação de pertencimento, de envolvimento com a instituição escolar. Isto pois, não há relação agradável entre submissão e satisfação. Ninguém fica satisfeito sendo apenas submisso (DIAS, 1998, p. 268).

Os critérios utilizados para organizar a dinâmica escolar tem início no conhecimento de sua clientela. Em cada escola suas necessidades primárias e secundárias determinam e caracterizam o seu perfil. Para tanto, a disponibilidade dos profissionais em rever o próprio caminho das ações pedagógicas é um valioso recurso do projeto político-pedagógico que ao ser construído deve propor de maneira condizente e criativa estratégias voltadas a um bom atendimento e desenvolvimento de todos.

O próprio Currículo em Movimento propõe a trabalhar estruturas mais complexas e variadas do pensamento, numa perspectiva de ciclos. Seu ponto de partida é o conhecimento da realidade do educando para organizar as estratégias pedagógicas. Um aspecto que não pode

ficar de fora diz respeito à aprendizagem a partir de pares, prevalecendo o ritmo do educando. Por fim, o currículo na escola pesquisada, é fonte teórica que se faz presente no projeto político-pedagógico, sendo necessário contínuo acesso e consultas para retroalimentar o processo de ensino-aprendizagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do tema voltada para uma investigação a respeito da mobilização no espaço escolar teve princípio com foco no valor da força unificada a partir do trabalho de equipe. Ainda, que haja metas não alcançadas mesmo que previamente definidas, o impulso de um planejamento pensado e escrito, faz conferir a essência subjaz aos atores dos diferentes segmentos na escola. Esses atores são: a equipe gestora, o coordenador pedagógico, os professores, os alunos, os auxiliares e os pais/responsáveis.

A comunicação eficiente pode ser um facilitador para a culminância das ações pedagógicas, na escola pesquisada. Quando as pessoas são incentivadas, elas participam com espontaneidade do processo educativo, sendo assim, há a possibilidade de serem co-responsáveis pelos resultados tendo em vista as contribuições ofertadas para a construção do Projeto político-pedagógico. Essas contribuições são validadas pela vivência particular de cada um, especificamente.

É importante mencionar um conceito de mobilização sindical, pois no transcorrer da pesquisa, a situação real, vivida pela categoria dos profissionais de educação, pontuou efetivamente, as características da mobilização. A adesão ao estado de greve, na escola de pesquisa, era tímida. E, no momento em que as mídias televisivas apresentaram cenas de grande violência a despeito dos professores durante passeata pelas ruas do DF, a decisão foi imediata quanto à paralisação das atividades.

Conceitos e concepções devem servir à pesquisa continuamente. A formação no espaço da Coordenação Pedagógica pode ser um dos grandes fatores para construção do conhecimento, além de promover a oportunidade de rever o que pode ser aprimorado e/ou mudado para melhoria e suprimento das necessidades da comunidade local.

Dentre os obstáculos encontrados, três dificultam a mobilização na escola: primeiro a resistência ao novo; o segundo “acomodação” e o terceiro realização de atividades isoladas que impossibilitam à cooperação mútua. Sendo assim, esta pesquisa apresentou limitações que merecem ser aprofundadas.

Diante desse fato, verifica-se a necessidade em se promover novas investigações para constatar novos resultados, uma vez que para o sucesso de mobilização é importante que haja “alguém” reavivando o foco das ações, chamando atenção e mostrando determinação. Nesse

ponto, o perfil do coordenador pedagógico pode ser um fator bastante relevante para o alcance dos objetivos institucionais.

O espaço da coordenação pedagógica com o coordenador pedagógico(CP), deve ser um tempo dedicado à reflexão, pesquisa, compartilhar de experiências e aplicabilidade. Para se trabalhar a diversidade no currículo é preciso lembrar que a escola é para todos. Requer de todos seus envolvidos mais sentido de justiça, facilitadores da aprendizagem, considerar os diferentes perfis de aluno, conseqüentemente, deve propor mais adaptações, reestruturas e reformulações nas áreas macro, intermediária e local.

Todo o corpo da escola deve ser levado a trabalhar e conviver com as diferenças, integrando-as com respeito mútuo. Deve refletir e agir com tolerância, ajuda diária e permanente, além de efetivo comprometimento nas ações coletivas de bem comum.

É importante abordar sobre o Currículo em Movimento que se trata de uma proposta que articula dialeticamente igualdade e diferença, pois hoje não podemos mais pensar na afirmação de direitos humanos a partir de uma concepção de igualdade que não incorpore o tema do reconhecimento das diferenças, isto é, lutar contra todas as formas de preconceito e discriminação.

Quando há o encontro dos segmentos, a produtividade pode ser imediata quanto à tomada de decisões. Aqui, efetiva-se a maturidade das experiências que colaboram para o alcance de metas que constituem o Projeto político-pedagógico da escola, com “olhar” para o desenvolvimento integral do educando, bem como pela busca constante da qualidade do ensino. A escola pode promover em seu espaço, carregado de desencontros, a possibilidade de disseminar acordos saudáveis e solidários.

## REFERÊNCIAS:

ALAVARSE, Ocimar M. **Ciclos: a escola em (como) questão. 2002.** Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ARROYO, Miguel G. *Imagens quebradas – trajetórias e tempos de alunos e mestres.* Petrópolis: Vozes, 2004 (4 a . edição).

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículo e Educação Integral. Brasília: MEC,SEB,DICEI,2013. Disponível em [http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/07/diretrizes\\_curriculares\\_nacionais\\_2013.pdf](http://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/07/diretrizes_curriculares_nacionais_2013.pdf) Acesso em 16 de nov. 2015.

Brasil. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** Gestão Escolar no Ciclo de Alfabetização. Caderno para gestores / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015a. Disponível em: [http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Cadernos\\_2015/cadernos\\_novembro/pnaic\\_cad\\_gestores.pdf](http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Cadernos_2015/cadernos_novembro/pnaic_cad_gestores.pdf). Acesso 16 de nov. 2015.

Brasil. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** A organização do trabalho escolar e os recursos didáticos na alfabetização. Caderno 04 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015b. Disponível em: [http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Cadernos\\_2015/cadernos\\_novembro/pnaic\\_cad\\_4\\_19112015.pdf](http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Cadernos_2015/cadernos_novembro/pnaic_cad_4_19112015.pdf). Acesso em Acesso 16 de nov. 2015.

CANÁRIO, Rui. **A prática profissional na formação de professores.** Inafop. Formação profissional de professores no ensino superior. Universidade de Aveiro, 2000.

COSTA, A. C. e MADEIRA, A.I. **A construção do projeto educativo de escola: estudos de caso no ensino básico.** Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1997.

COSTA, Dania Monteiro Vieira. *A escrita para o outro no processo de alfabetização.* 247 f.

DELORS Jacques et al. *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.* 9. ed. São Paulo; Brasília: Cortez; MEC; UNESCO, 2004.

DIAS, José Augusto. *Gestão da escola.* In: Vários autores. **Estrutura e funcionamento da Educação Básica – leituras.** São Paulo: Pioneira, 1998. p. 268-282.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF. **Currículo em Movimento da Educação Básica,** Brasília-DF, 2014a. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/component/content/article/282midias/443curriculoemmovimento.htm> l. Acesso em 16 nov. 2015.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal-SEEDF. **Diretrizes de avaliação educacional:** aprendizagem institucional e em larga escala. Brasília-DF, 2014b. Disponível em <http://pt.slideshare.net/vidacalasan/diretrizes-de-avaliacao-educacional-2014-2015> Acesso em 16 de nov. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 6ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Ideologia e educação: reflexões sobre a não neutralidade da educação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **Política e educação. Questões da nossa época.** 2ª ed. Cortez Editora, 1993.

GADOTTI, Moacir **MOVA, por um Brasil Alfabetizado / Moacir Gadotti.** – São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

Gestão da Escola Pública. Caderno 2: Planejamento e Trabalho Coletivo. Ângelo Ricardo de Souza, Andréa Barbosa Gouveia, Monica Ribeiro da Silva, Sônia Fátima Schwendler. Curitiba: UFPR, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Currículo em movimento da educação básica: pressupostos teóricos.** Brasília, 2014.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica/Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos** – 5ª ed. – São Paulo: Atlas 2003.

LIMA, Paulo Gomes e Sandra Mendes dos Santos. **O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas.** Revista de Educação, Vol. 2 nº 4 jul./dez. p. 77-90, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVA, Edileuza Fernandes da. **Curso de Pedagogia para professores em exercício nas séries iniciais da rede pública de ensino do DF e suas implicações na prática pedagógica.** Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, 2004.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico** – elementos metodológicos para a elaboração e a realização. 16ª ed. São Paulo: Libertad, 2006 (1995). (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v.1)

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: Do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad, 2002. p. 50 - 68.

YAMAMOTO, M. P.; ROMEU, S. A. (1983). **Currículo: teoria e prática.** In: D'ANTOLA, A. (Org.) Supervisão e Currículo. São Paulo: Pioneira.

TACCA, M. C. V. R; Martínez, A. (Orgs). **A Complexidade da Aprendizagem e trabalho pedagógico**. Campinas, São Paulo:Editora Alínea, 2006.

[http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/metodos\\_quantitativos\\_e\\_qualitativos\\_um\\_regate\\_teorico.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodos_quantitativos_e_qualitativos_um_regate_teorico.pdf) Acesso em 11/10/ 2015 às 10:00.

[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000032002000400011&lng=pt&nrm=van](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032002000400011&lng=pt&nrm=van) Acesso 11/10/2015 às 10:30

<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/lepsi/n8/a27n8.pdf> acesso 11/10/2015 às 10:50.

[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3041\\_1475.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3041_1475.pdf) Acesso em 11/10/2015 às 12h46.

<http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2012/09/Corpo-Consciente.pdf> Acesso em 29/11/2015 às 14:45.

## APÊNDICES

### Coleta de Dados

Curso: Especialização em Coordenação Pedagógica

Aluna: Rita de Cássia

Função: Professor e Coordenador

Professor: \_\_\_\_\_

### QUESTIONÁRIO

O presente instrumento versa sobre a coleta de dados para monografia final da UnB, Tema 08- **“DESAFIO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO”**.

1- Como você conceitua a palavra mobilização no âmbito escolar?


2 – A mobilização facilita o trabalho pedagógico? Por quê?


3 – No seu ponto de vista, o que poderia ser feito para melhor distribuição das ações pedagógicas?


4 – Qual(is) aspecto(s) são importantes para a efetivação da mobilização na escola?


Curso: Especialização em Coordenação Pedagógica

Aluna: Rita de Cássia

Função: Diretor

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

O presente instrumento versa sobre a coleta de dados para monografia final da UnB, Tema 08- **“DESAFIO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO”**.

**PESQUISADORA: RITA DE CÁSSIA**

**ENTREVISTADO(A):** \_\_\_\_\_

**1) QUAL A PRINCIPAL FINALIDADE DO PPP NO CONTEXTO DA ESCOLA?**


**2) COMO VOCÊ CONCEITUA MOBILIZAÇÃO NO ÂMBITO DA ESCOLA?**


**3) CITE TRES AÇÕES QUE DIFICULTAM A MOBILIZAÇÃO NA ESCOLA:**


**4) COMO OCORRE A COMUNICAÇÃO ENTRE OS SEGMENTOS DA ESCOLA?**


**Portaria – ANA**

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO  
TEIXEIRA PORTARIA Nº 467, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014  
O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS  
EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, no exercício de suas atribuições, conforme estabelece art. 16,  
incisos I e VI, do Decreto 6.317, de 20 de dezembro de 2007, resolve:**

Disposições Gerais Art.1º. A Norma de Acesso às Informações protegidas do INEP tem como objetivos: I - Proteção da informação sigilosa e da informação pessoal armazenada pelo INEP, observada a sua disponibilidade, integridade e eventual restrição de acesso, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e das legislações específicas que regem o acesso às informações sigilosas sob a guarda do Estado; e II - Permitir acesso controlado e restrito a bases de dados protegidos, por meio de um conjunto de protocolos e ferramentas que garantam processos seguros de utilização que preservem a integridade e a proteção de acesso a tais informações. Art.2º. Para efeitos deste Regulamento, ficam estabelecidos os seguintes termos e definições: I - Bases de Dados: conjunto de dados interrelacionados, organizados de forma a permitir a recuperação da informação; II - Informação Pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, conforme estabelecido na Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; III - Informação Pública: aquela que não permite a identificação pessoal, de pessoa jurídica ou local individualizado e que está disponível ao público em geral; IV - Informação Sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, nos termos do Art. 23 da Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 ou de legislação específica. V - Tratamento da Informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação, conforme estabelecido na Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; VI - Avaliação de Extração de Resultados: ação coordenada pelo Técnico Responsável relacionada com a pesquisa, cuja função será a avaliação de resultados e de códigos computacionais, a fim de garantir que os resultados preservem o sigilo das informações individuais. VIII - Técnico Responsável: Servidor do INEP indicado pela Diretoria à qual se encontra relacionada a base de dados de interesse do solicitante. IX - Servidor Designado: Servidor do INEP a quem se atribui a responsabilidade pela triagem das solicitações e remessa às Diretorias responsáveis pelas bases de dados de interesse do solicitante. X - Sala segura: Sala reservada para acesso a dados sigilosos, que compõe o Ambiente Seguro, sendo este o perímetro reservado no primeiro subsolo do prédio do INEP localizado no Setor de Indústrias Gráficas (SIG) Trecho 04, Lote 327, conforme disposto na Portaria nº 209 de 26 de maio de 2014. XI - Colaborador - Servidor em exercício no INEP que, por ter elevado conhecimento sobre uma matéria específica, poderá ser consultado para colaborar com as decisões do Técnico Responsável. XII - Comissão de Recurso - Comissão composta por 3 (três) servidores do INEP, responsável por dirimir acerca dos recursos interpostos em face das decisões emitidas pelo Responsável Técnico. XIII - Pesquisa Qualitativa - Investigação em que as análises tendem a ser realizadas de maneira descritiva e indutiva, considerando os processos como tão ou mais importantes que os resultados, enfatizando os significados atribuídos pelos sujeitos da pesquisa aos fenômenos estudados, e que costuma ter como fonte de dados o ambiente natural e o pesquisador como o principal instrumento de produção desses dados. Art.3º. As informações disponibilizadas na sala segura do INEP estão divididas em três categorias, para efeito de controle de acesso: I - Bases de dados públicas: são aquelas contendo informações às quais não é necessária a aplicação de controles de acesso; II - Bases de dados sigilosos: são aquelas contendo informação cujo acesso requer autorização específica da unidade gestora da base de dados no INEP e às quais devem

ser aplicados controles lógicos e físicos de segurança. Parágrafo único. Os aplicativos e disponíveis para análise serão informados ao solicitante e as bases de dados serão fornecidas no formato em que se apresentam, sem transformações. Do Acesso aos Dados Art.4º. Somente poderão ter acesso e utilizar as informações pessoais: I - Servidores do INEP trabalhando na produção de pesquisas de interesse da Instituição, quando devida e formalmente autorizados pelo diretor ou assessor chefe da área a qual estão vinculados; II - Servidores públicos externos ao INEP que estejam trabalhando na produção de pesquisas de interesse do Estado, quando devida e formalmente autorizados pelo Presidente do INEP ou por pessoa a quem este delegue este poder; III - Bolsistas, consultores e colaboradores do INEP, trabalhando na produção de pesquisas de interesse da Instituição, quando devida e formalmente autorizados pelo diretor ou assessor chefe da área a qual estão vinculados, desde que atendidos os critérios previstos no artigo 5º desta portaria. IV - Pessoas físicas ou jurídicas, desde que atendidos os critérios previstos no artigo 5º desta portaria. Art. 5º. A solicitação para acesso a informações pessoais deverá ser realizada por meio de formulário a ser fornecido pelo INEP, que deverá ser protocolado junto a esta Autarquia acompanhado dos seguintes documentos: I - Em caso de pessoa física, CPF, RG ou documento de identificação com reconhecimento nacional, currículo Lattes atualizado ou, na sua ausência, curriculum vitae. II - Em caso de pessoa jurídica, CNPJ, contrato social ou documento correspondente, certidões negativas obtidas junto ao Tribunal de Justiça e Justiça Federal, documentos pessoais das pessoas físicas responsáveis pela pesquisa, CPF, RG ou documento de identificação com reconhecimento nacional, currículo Lattes atualizado ou, na sua ausência, curriculum vitae; III - Em caso de pesquisa qualitativa, os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido das pessoas a que se referirem os dados solicitados, conforme modelo a ser disponibilizado pelo I N E P. IV - Cópia do projeto de pesquisa em que os dados serão utilizados, conforme modelo a ser disponibilizado pelo INEP; Art.6º. Os controles de acesso poderão permitir o acesso simultâneo a mais de uma base de dados, desde que as condições de restrição e de controle de acesso de cada uma das bases sejam respeitadas. Do processo de solicitação. Art.7º. O protocolo da solicitação será enviado a um Servidor Designado, que deverá promover a abertura de processo, e o encaminhamento para a Diretoria responsável pela matéria de que se tratarem as informações solicitadas. Art.8º. O formulário e os documentos serão submetidos, atentando ao disposto na lei 9.784/99, artigos 18 a 21, à análise de um Técnico Responsável, que determinará a aptidão do solicitante, conforme os documentos apresentados, mediante os seguintes critérios objetivos: I - Necessidade e relevância dos dados protegidos solicitados para o projeto de pesquisa; II - Autenticidade dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, em caso de pesquisa qualitativa. III - Cumprimento do disposto nesta Portaria em acessos anteriores, se houver. §1º. A Diretoria responsável pela base de dados solicitada nomeará o Técnico Responsável no prazo de 02 (dois) dias. §2º. O resultado da análise será divulgado por meio de publicação no site do INEP e e-mail ao solicitante, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento do processo. §3º. Em caso de decisão pela restrição do acesso aos dados, o solicitante, poderá protocolar recurso no prazo de 02 (dois) dias. §4º. Em caso de interposição de Recurso, a Diretoria responsável pela base de dados indicará a Comissão de Recurso, não podendo o Técnico Responsável estar elencado entre seus componentes, que a julgará, devendo a decisão ser publicada no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do Recurso. Art.9º. O solicitante pessoa física ou jurídica, que for considerado apto para acessar os dados solicitados, deverá preencher o Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo (TCMS) que será fornecido pelo INEP, reconhecer firma de sua assinatura e realizar o protocolo do mesmo junto ao INEP.

**CRONOGRAMA**

<b>ATIVIDADE DESENVOLVIDA</b>	<b>10/0</b>	<b>16/0</b>	<b>30/0</b>	<b>31/0</b>	<b>26/0</b>	<b>12/1</b>	<b>26/1</b>	<b>27/1</b>	<b>10/1</b>	<b>11/1</b>	<b>30/1</b>	<b>01/1</b>	<b>18/1</b>	<b>19/1</b>
1) Seleção do tema														
2) Projeto de pesquisa														
3) Seleção do material teórico														
4) Elaboração dos instrumentos de coleta de informações														
5) Coleta de dados														
6) Análise de dados														
7) Organização														
8) Conclusões.														
9) Revisão do texto final da monografia														
10) Encadernação espiral														
11) Entrega para a banca														
12) Elaboração e apresentação do banner em formato. digital ao tutor orientador														
13) Defesa														